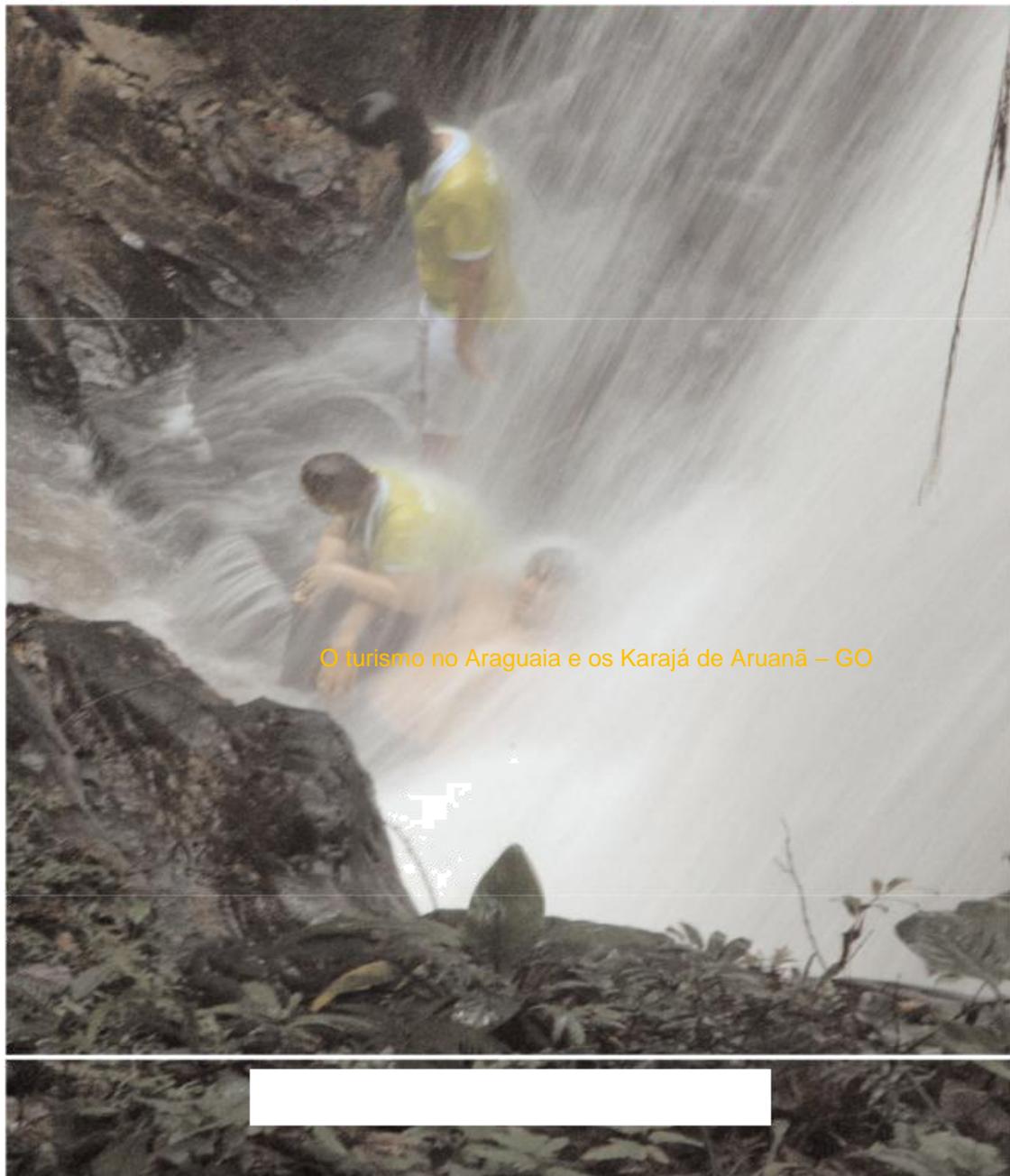


# AGÁLLIA

REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA



O turismo no Araguaia e os Karajá de Aruanã – GO

## Litoral Sul Paraibano: impactos do turismo em um território reivindicado pelos índios Tabajara

Amanda Christinne Nascimento Marques

Universidade Federal da Paraíba

Maria Geralda de Almeida

Universidade Federal de Goiás

### Resumo

Buscamos neste artigo discutir os impactos causados pelas atividades turísticas na praia de Gramame, localizada no litoral sul paraibano, um território tradicional que é reivindicado pelos índios Tabajara. Esse estudo se estabeleceu a partir da instrução técnica executiva n. 134 da diretoria de assuntos fundiários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), num trabalho realizado em três etapas, no qual procuramos reconstruir os marcos históricos e de parentesco do grupo, por meio da oralidade e da documentação oficial encontrada. Apresentamos, neste artigo, parte de uma das etapas de campo, que teve como propósito a identificação da praia de Gramame, um território considerado imprescindível para a reprodução social e cultural do grupo.

O litoral sul paraibano é sem dúvida uma área de ocupação antiga e que sofreu ao longo do tempo diferentes formas de fração do território. Na atualidade, esse fracionamento recebe mais uma demanda, que é a étnica. Observamos que existe uma sobreposição territorial, pelo interesse de grandes proprietários de terras, imobiliários, grupos étnicos e camponeses. O uso e ocupação da Barra do Rio Gramame é um exemplo para afirmar que o povo Tabajara, embora silenciado pela população regional, permaneceu estabelecendo uma relação com o ambiente costeiro, caracterizando assim o que chamamos de ocupação tradicional do território.

Palavras chave: Índios — Conflitos Interétnicos — Turismo — Ambiente — Ocupação Tradicional.

### South Coast of Paraíba: Impacts of Tourism in a Territory Claimed by Tabajara Indians Abstract

In this article we aim to discuss the impacts of tourism activities on Gramame beach, located on the southern coast of Paraíba, a traditional territory that is claimed by the Tabajara Indians. This study was established from the executive technical instruction nº 134 of Land Affairs Board of the Indian National Fundation — FUNAI. The study was conducted in three steps, in which we seek to re-construct the historical events and kinship of the group, by means of orality and the official documentation we found. We present in this article part of one of the field steps, performed in December 2009, which aimed to identify Gramame beach, a territory considered vital to the social and cultural reproduction of the group.

The South Coast of Paraíba is undoubtedly an area of ancient occupation and has suffered over time different ways of territorial fraction. This fragmentation is nowadays demanded as ethnic. We observe that there is a territorial overlap between the interests of large landowners, State, ethnic groups and peasants. The use and occupancy of Barra do Rio Gramame is an example to affirm that the Tabajara people, though muted by the regional population, remained there, establishing a relationship with the coastal environment, thus characterizing what we call traditional occupation of the territory.

Key words: Indians — Interethnic Conflicts — Tourism — Environment — Traditional Occupation.

Receção: 02-01-2014 | Admissão: 19-05-2014 | Publicação: 30-10-2015

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento e MARIA GERALDA DE ALMEIDA. "Litoral Sul Paraibano: impactos do turismo em um território reivindicado pelos índios Tabajara". PEREIRO, X. (ed.), M. G. DE ALMEIDA e I. M. C. LUSTOSA (coeds.). Turismo em terras indígenas. Volume especial da Agália. Revista de Estudos na Cultura, 2015, 143-160.

## 1. Introdução

O território da microrregião do Litoral Sul da Paraíba é constituído por uma paisagem diversificada, apresentando baixa densidade demográfica em alguns pontos. Nessa porção territorial de antiga ocupação, com presença de grupos étnicos como os índios e os negros, situam-se os municípios de João Pessoa, Conde, Alhandra e Pitimbu, cujo desenvolvimento econômico esteve pautado na monocultura canavieira pela instalação de engenhos.

Na atualidade, a especulação imobiliária e o crescimento das atividades turísticas são, em geral, as forças responsáveis pela sua apropriação e causa dos conflitos que decorrem do processo histórico de ocupação. Consequentemente geram confrontos territoriais, pois no mesmo espaço existem diversas formas de uso e ocupação do solo, pelas populações tradicionais e por atividades incorporadas recentemente ao território.

Neste artigo procuramos discutir os impactos causados pelas atividades turísticas na praia de Gramame, um território tradicional reivindicado pelos índios Tabajara, grupo constituído na atualidade por aproximadamente 500 pessoas.

Os apresentados resultam de uma experiência de caracterização do referido grupo étnico, localizado no Estado da Paraíba, dentro do estudo esta-belecido por intermédio da instrução técnica executiva n. 134 da Diretoria de Assuntos Fundiários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), conforme Mura et al. (2010).

Buscando reconstruir os marcos históricos e de parentesco do grupo, por meio da oralidade e da documentação oficial encontrada, o trabalho incluiu pesquisas de campo, uma das quais, realizada nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2009 e tendo como propósito a identificação de um território considerado imprescindível para a reprodução social e cultural do grupo, é apresentada agora.

Para os Tabajara, o território é um símbolo incorporado à sua cultura, uma vez que as relações que esses grupos têm com a terra, não é de negócio, mas de trabalho e de pertencimento: o território étnico é carregado de símbolos que fazem com que o grupo se reproduza e mantenha seus laços de parentesco. Tais relações os mantêm na situação de populações tradicionais, ou seja, esses grupos constroem territorialidades étnicas por meio das relações diferenciadas nos territórios e no modo de vida deles (Marques, 2014).

Assim, cabe destacar que, desde o período citado até o primeiro semestre de 2014, não houve alteração das dinâmicas socioterritoriais nem efetivação demarcatória do referido território como terra indígena. Os órgãos responsáveis pela tutela e desapropriação desses territórios tardam em realizar os estudos preliminares, percorrendo assim, os trâmites demarcatórios normatizados.

Analisamos a ocupação da praia de Gramame por meio de alguns procedimentos cujas bases são interdisciplinares. Entendemos que a busca pela interdisciplinaridade promulgada por Morin (2000) e o conhecimento produzido por diferentes saberes de Santos (2006) são elementos importantes para fundamentarmos nossas escolhas metodológicas. Utilizamos como referência autores como Serpa (2006), Marques e Rodrigues (2008), Rodrigues (2007) e Lacoste (1977), que trabalham diferentes concepções de trabalho de campo na ciência.

A interpretação dos significados e dinâmicas territoriais Tabajara se deram por meio da memória do grupo e de trabalhos de campo, os quais são momentos onde conseguimos unir os elementos teóricos e práticos, fazer recortes espaciais e analisar e conceituar o espaço-tempo de acordo com os objetivos definidos. Utilizamos ainda documentos cartográficos, nomeadamente cartas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e mapa municipal estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) campo, assim como materiais de interpretação e de processamento, entre os quais o Sistema de Posicionamento por Satélite (GPS) e o Sistema de Informação Geográfica (SIG).

## 2. Território de ocupação tradicional Tabajara e atividades turísticas

Na microrregião do litoral sul da Paraíba percebem-se diferentes formas de uso do solo pela população de ocupação tradicional e recente<sup>1</sup>. A ocupação tradicional dos Tabajara nestes territórios é referenciada em documentos desde o século XVI e durante o século XVII os indígenas foram aldeados em

---

1. Ocupação tradicional é aquela constituída pelos grupos sociais que tem aí raízes historicamente estabelecidas, com gerações que se sucederam na área, formando grupos domésticos de origem camponesa e étnica como pescadores, indígenas, posseiros e quilombolas. Ocupação re-cente é considerada a parcela da população constituída por empresários, industriais, latifundiários, bem como os veranistas que alugam ou adquirem casas de veraneio e os turistas que se utilizam de equipamentos hoteleiros e pousadas.

missões religiosas e instalados em quatro aldeamentos paraibanos: Jacoca e Alhandra, na microrregião do Litoral Sul, e Monte-Mór e São Miguel, localizados no Litoral Norte.

No fim do século XVIII, com a expulsão das missões, os aldeamentos foram extintos pelo Estado, que passa a promover a emancipação de municípios, e transformados em vilas indígenas (Carvalho, 2008); nesse período, os fazendeiros se utilizam dessas terras e incorporam parcelas dos territórios tradicionais dos indígenas, os quais passam da condição de dono das terras para a de empregados. Assim, após a promulgação da Lei de Terras de 1850, o des-caso das autoridades, associado à precária condição dos índios Tabajara, fez com que houvesse constantes usurpações e compras das terras indígenas, justificadas a partir da alegação de que nelas não havia mais indígenas.

Entre 1864 e 1871, a comissão de demarcação de terras públicas, criada com o propósito de tratar das demandas e colonização de tais terras, atuou na Paraíba, tendo sido Justa Araújo o engenheiro responsável pela demarcação, avaliação e regularização dos arrendamentos dessas terras indígenas, entre 1865 e 1868.

Durante o século XX, conforme constatam Lima (2008) e Marques (2014), os Tabajara passaram da condição de donos para a de subordinados, muitos tendo que migrar para grandes centros como João Pessoa, onde se instalavam na periferia da cidade. Outros ficaram confinados a pequenas propriedades e subordinados a grandes proprietários de terra, como a família Lundgren, que ocupou extensas glebas de terra, expulsando dos seus territórios tradicionais tanto o povo Potiguara, no litoral norte, como os Tabajara, no litoral sul.

O litoral sul, também passa por outra forma de fração territorial, sobretudo por meio do processo de luta pela terra, de desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para fins de reforma agrária e de reivindicação étnica quilombola. Cabe destacar que no território Tabajara da Jacoca, demarcado por Justa Araújo, se encontra uma sobreposição de identidades étnicas e interesses territoriais (Marques, 2014).

Nesse arranjo, como relatado anteriormente, uma família que se auto-identifica Tabajara, passa a reivindicar sua ancestralidade indígena, no sentido de re-territorializar a antiga Jacoca por meio da reativação da memória como elemento chave de mobilização indígena e identidade territorial.

As áreas ocupadas tradicionalmente pelos Tabajara são necessárias ao bem estar desse grupo étnico. Entretanto, elas estão sendo gradativamente alteradas, em virtude da expansão urbana e turística. O reflexo do uso insustentável desses espaços é a degradação dos ambientes costeiros e das porções territoriais ocupadas. Cabe ressaltar que a grande maioria desses territórios é considerada como imprescindíveis à preservação desses recursos por meio das legislações ambientais (Marques e Almeida, 2012).

A intensificação das ocupações recentes se deu no ano 2000, após a construção de rodovia Abelardo Jurema, mais conhecida como PB — 008<sup>2</sup>, conforme podemos observar na imagem 1 a seguir, que corta toda a faixa li-torânea sul do Estado da Paraíba, iniciando na Ponta do Seixas, passando pe-los territórios de uso tradicional Tabajara, até a praia de Acaú, cidade que faz fronteira com o Estado de Pernambuco.



Imagem 1. Construção da rodovia estadual PB 008.  
Fonte: Vanda Regis de Paiva. 1998

---

2. Parte dos recursos utilizados para a implementação da obra é proveniente do PRODETUR (Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste), programa federal criado pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Conforme assinala Silva et al. (2003), além de ter sido construída com a jus-tificativa de incentivo ao desenvolvimento turístico, essa rodovia trouxe im-pactos negativos ao ambiente, sobretudo provenientes da expansão urbana, geradora de ocupações desordenadas, deficiências de infra-estrutura e degra-dação de ecossistemas costeiros.

No caso da barra ou praia de Gramame, cuja bacia hidrográfica localiza-se entre as latitudes 7° 11' e 7° e 23'Sul e as longitudes 34°48' e 35°01' O'Oeste, cinquenta e um barraqueiros ocupam esse espaço de maneira irregular, inclusive ferindo a legislação ambiental que considera esse espaço como área de preservação permanente. Dedicam-se a comercializar alimentos e bebidas, ocupando irregularmente espaço de propriedade da União identificado como terreno de marinha, conforme Decreto Lei nº 9.760 de 5 de setembro de 1946<sup>3</sup>. A maioria é residente no município de João Pessoa e pequena parte é residente nos municípios do Conde e Pitimbu.

As belezas naturais da praia e da foz do rio são os atrativos para a atividade turística, cujo maior fluxo acontece durante os fins de semana, com visitantes vindos dos municípios da grande João Pessoa, Campina Grande, Patos ou Cajazeiras, dentre outros municípios vizinhos. Os hotéis ficam localizados em praias próximas, como Jacumã, Carapibus, Tabatinga e Tambaba, o que caracteriza o ambiente como sendo de ocupação turística diurna.

O rio Gramame, divisa natural entre os municípios de João Pessoa e Conde, é considerado estratégico, pois cerca de 70% do abastecimento de água da grande João Pessoa é proveniente de suas águas. Trata-se de uma bacia com um histórico de conflitos pelo acesso e uso dessas águas, sobretudo em virtude das extensas áreas de plantio de cana-de-açúcar e atividades industriais que causam seu assoreamento.

---

3. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del9760.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm)>. Acesso em 20 de junho de 2014.



Imagem 2. Espacialização dos Barraqueiros e Locais de Residência Tabajara. Fonte: Mura et al. (2010).

Preocupamos-nos primeiramente com a história do lugar, tentando compreender o sistema de parentesco do grupo através da ida até as localidades de antiga residência do grupo (assinaladas na imagem 2). Percebemos que a memória do grupo é reproduzida de pai para filhos e guardada como herança de um espaço-tempo em movimento:

envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal [...] Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte do seu passado: há na realidade, dois grupos que se sucedem (Halbwachs, 1990: 53-54).

Nessa área ocorrem muitas ações danosas ao ambiente, como cortes de ma-deira (mangue e mata secundária), redução do fluxo do rio, construções ina-dequadas na via litorânea ou acúmulo de lixo nas proximidades da área. Assim, compreendemos que o fator gerador desses impactos é decorrente da chegada dos barraqueiros ao local, bem como dos dejetos e toxinas arremessa-das ao longo do curso do rio.

Para conter a ação marinha, são construídas pelos barraqueiros barreiras de contenção com restos de materiais e nas maiores marés, que compreen-dem o período de janeiro a julho, o mar avança em direção ao mangue em alguns trechos. Essas barracas alteram a dinâmica do ambiente, visto que fun-cionam como obstáculos artificiais que impedem o processo natural de “lava-gem do mangue”, ou seja, de variação do gradiente de salinidade. O ecossistema manguezal recebe o lixo das barracas, o aterramento e os dejetos provenientes da instalação de banheiros ao ar livre, o que resulta numa visível poluição e alteração ambiental.

Importa ressaltar que esse é um território de interesse e de Propostas de Transformação de Pólo Turístico (Complexo Turístico Costa do Sol), cuja ação principal são as construções hoteleiras, de tal modo que, se medidas ca-bíveis para conservar a região não forem logo tomadas, muitos prejuízos am-bientais irão surgir (Mura et al., 2010).

Segundo Coutinho (1999) ao citar o Relatório do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Sul, a bacia do rio Gramame apresenta cerca de 97% de sua área total caracterizados pelo antropismo identificado como atividades agropecuárias e florestais — que alcançam todos os municípios nela inseridos —, dispondo-se assim de apenas cerca de 1,5% de cobertura vegetal, cuja ocorrência é de 0,72% de Mata Atlântica e 0,74% de Tabuleiros costeiros, somando aproximadamente 8,64Km<sup>2</sup> de vegetação natural, dos quais 96,6% representam Área de Preservação Permanente.

Os impactos causados pelo turismo nesse território têm como exemplo os desmatamentos que podem interferir bastante tanto na vida ecológica dos seres vivos como também na vida social, por meio da redução da biodiversidade, perda de produtividade, perda de habitat, perda de recursos florestais e baixa no setor pesqueiro, dentre outros aspectos que aos poucos podem danificar e alterar o ecossistema costeiro.

A maioria dos estuários do litoral sul<sup>4</sup> estão sendo utilizados para pesca e possuem uma beleza cênica extraordinária, de tal modo que servem muitas vezes como área de recreação. Conforme Coutinho (1999), esses estuários e suas bacias hidrográficas correspondentes estão sendo afetados por interferências sociais múltiplas, destacando-se em particular as ações efetuadas sobre o ecossistema manguezal.

Essas áreas estuarinas são amplamente utilizadas por comunidades pesqueiras. A ocupação urbana desordenada e os fortes impactos ambientais atrelados ao desenvolvimento de atividades turísticas e indústrias desenvolvidas às margens desses estuários, constituem uma ameaça para esses ambientes.

Historicamente, os Tabajara costumam desenvolver suas atividades de captura e catação ao longo das desembocaduras dos rios, com particular destaque para as de Gramame, Gurugi, Graú, Mucatu e Pitimbu. Entretanto, todos esses territórios estão ocupados irregularmente com construções hoteleiras e instalação de bares. Constatamos, ao longo das barras, focos de poluição e pontos de despejos de efluentes com os locais de pesca, demonstrando assim um problema na reprodução social do grupo, cuja sobrevivência depende desses espaços, juntamente com as áreas direcionadas a agricultura (Mura et al., 2010).

Além das desembocaduras, os Tabajara se utilizam dos manguezais, que surgem nas desembocaduras dos rios e representam um ecossistema típico da zona intertropical, desenvolvido em áreas planas do relevo sob influência das marés. Sendo um ambiente rico em sais e pobre de oxigênio, a vegetação é caracterizada por bosques e raízes aéreas, cujas espécies dominantes são, conforme afirmam Carvalho (1982) e Coutinho (1999), o Mangue Vermelho (*Rizophora mangle*), Mangue Siriuba (*Avicenia Tometosa*), Mangue de Botão (*Conocarpus Erectus*). Segundo Moreira (1989: 5):

Os manguezais constituem uma formação florestal perenifólia, com espécies altamente adaptadas ao ambiente flúvio-marinho, de salinidade elevada e solos instáveis, pantanosos, com alto teor de matéria orgânica em decomposição, as raízes suporte e respiratórias são expedientes usados pelas plantas para resistirem e sobreviverem nesse

---

4. São ambientes costeiros semi fechados e mantém uma ligação com o mar.

tipo de ambiente. Localizam-se nos estuários e estendem-se para o interior até onde se faz presente às influências marinhas pelo fluxo e refluxo dos mares. Sua composição florística é praticamente constante em todos os estuários. Algumas espécies vivem obrigatoriamente no setor pantanoso a exemplo do *Rhizophora mangle* L. (mangue vermelho), do *corpus erectus* L. (mangue de botão), *loguncularia race-mosa* G. (mangue Branco), *Avicennia Shaveriana* Stape Lecham (mangue Siriúba), outras espécies, tais como se desenvolvem nos setores marginais onde o solo é estável e só esporadicamente é atingido pelas marés

Como ecossistema que contribui para o equilíbrio dos sistemas terrestres e marinhos, sendo considerado um berçário para reprodução de peixes e espécies, os manguezais<sup>5</sup> também são fonte econômica e de produtividade. De fato, para os grupos que ocupam tradicionalmente o litoral sul, os estuários e manguezais são utilizados como fonte de subsistência, com atividades econômicas que variam desde a retirada da madeira para construções diversas até a coleta e a pesca.

Conforme assinala Coutinho (1999), após a chegada da ocupação recente, os manguezais vêm sofrendo processos denominados de “stresses” frente às atividades predatórias, entre as quais se destacam a retirada ilegal da madeira, alterações no regime hídrico, deposição de lixo, esgoto e invasão para expansão das atividades comerciais e turísticas. O próprio ecossistema responde a esse processo de intensa degradação a partir do que chamamos de indicadores naturais ou ambientais de degradação, onde a vegetação característica perde espaço para a colonização de espécies invasoras.

Essa alteração ambiental foi constatada com os trabalhos de campo que realizamos, mediante algumas caminhadas pelas trilhas que levam ao manguezal. Numa delas observamos o trecho da vegetação de Apicum e a área de retromangue, na qual existem habitualmente três tipos de vegetação funcio-

---

5. Os manguezais são ecossistemas protegidos pela legislação ambiental, a exemplo do Código Florestal (Lei n.º 4.771/65) e pelas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CO-NAMA) n.os 4/1985 e 303/2002.

nando como agentes protetores do ecossistema: mangue, avenca e mata de restinga. Pois bem, detectamos que a área das bordas do mangue se encontra claramente devastada. Essa devastação pode ocasionar, como está acontecendo no rio Gramane, uma degradação muito forte na área de Manguezal.

Situamo-nos na parte posterior do mangue e encontramos verdadeiros depósitos de lixo, com presença de copos plásticos, frascos de shampoo, gar-rafas de pet, latinhas, isopores, recipientes de água mineral, calçados e sacos plásticos, dentre outros. Esse grande fluxo de materiais jogados no mangue pode ser atrelado à ausência de uma educação ambiental entre os turistas que frequentam a praia e não sabem, na maioria das vezes, os danos que essa de-posição de materiais no Ecossistema Manguezal pode causar posteriormente.

Esses ambientes costeiros são Áreas de Preservação Ambiental, mas, em virtude de uma negligência nas fiscalizações por parte dos órgãos competentes, vêm sendo degradados gradativamente e ocupados irregularmente. Os princi-pais conflitos de uso do solo constatados no litoral sul foram derivados das áreas de turismo e lazer, da poluição hídrica e da expansão das atividades agrícolas.

Diferente do que acontece entre os Pataxó da Bahia, que, conforme Grūnewald (1999), se utilizam do turismo para construir um movimento de “resgate” das tradições indígenas, o modelo de turismo da praia de Gramame na atualidade é inviável para os índios, visto que o território é utilizado como objeto de consumo, ou seja, como mercadoria por barraqueiros e empresas. Apenas uma família Tabajara tem um bar na praia e comercializa alimentos e bebidas, enquanto as restantes têm caiçaras — casas feitas de galhos de árvo-res e de barro, cobertas com palha de coqueiro — de pesca ou são incorpora-dos à atividade turística como guardadores de carros e garçons.

A praia de Gramame é uma área de extrema importância para o povo Tabajara, visto que a coleta de crustáceos e a pesca no rio Gramame são prá-ticas tradicionais, sendo um ambiente de reprodução econômica e cultural des-se grupo. A ocupação tradicional desses rios não se dá apenas no uso de seu leite, mas também dos afluentes que compõem a bacia, de tal modo que cabe destacar o uso, na margem direita, dos rios Utinga e Piabuçu, e, na margem esquerda, do riacho do Angelim.

Em um dos dias de campo, navegando pelo rio Gramame acompanha-dos por dois indígenas e entrando rio acima, percebíamos que a relação dos

Tabajara com o rio é singular, cujo sentimento de pertença faz-se presente. Todas as curvas, pequenos portos e camboas — nome que recebem os canais naturais formados por grandes marés — têm uma nomenclatura que faz alu-são a algum fato ocorrido historicamente, a nomes de peixes ou ao imaginário popular regional. Depois de percorrermos de barco, juntamente com os Ta-bajara, todo o baixo curso do rio, área de intensa utilização para pesca e coleta de marisco e crustáceos, com o auxílio do GPS situamos os lugares e os no-mes conforme se reflete na imagem 3.

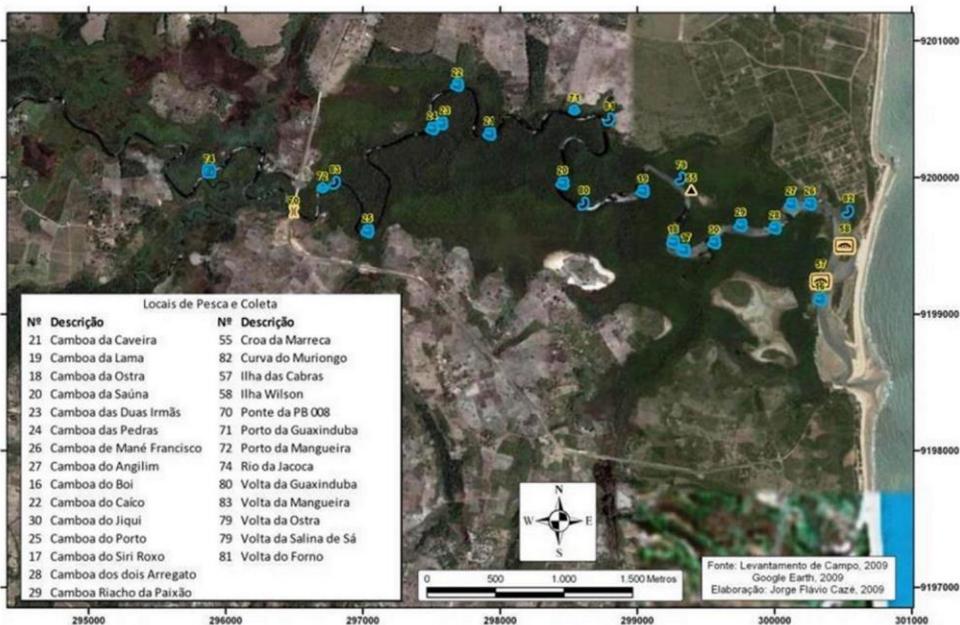


Imagem 3. Especialização dos Locais de Pesca e Coleta Tabajara.  
 Fonte: Mura et al. (2010).

A curva do Muriongo (na imagem 3, n.82) é a primeira indicada pelo grupo, na porção norte do rio, numa área em que se encontram barracas com instalação de banheiros ao ar livre, que resulta na visível poluição do ambiente e possível contaminação das águas do rio. A nomenclatura Muriongo se deu a

partir da junção dos nomes de dois peixes caracterizados como “peixes de camboa”: o muriongo e o amoré.

As vozes dos Tabajara são reproduzidas no texto no sentido de compreender as dinâmicas territoriais desses grupos por meio da memória. Para Halbwachs (1990), os indígenas relembram os limites e as relações com o território como:

[... ] uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites desse grupo (Halbwachs, 1990: 53-54).

Nesse sentido, consideramos que a concepção de território para esses grupos é reproduzida por meio da predominância ou das características simbólicas, de tal modo que as vozes individualizadas se fazem coletivas, sendo adquirida uma relação identitária com o lugar, ponto que se constitui como um fator de singularidade dos grupos étnicos em questão.

De acordo com um dos índios que nos acompanhavam: “meu pai matou um mero aqui com mais de 30 Kg e de linha”. Por se tratar de uma área próxima à barra, de fato recebe várias espécies de peixes que vêm do alto mar e entram na barra para se alimentar, como é o caso do Mero, frequente durante a maré de sizígia, ou seja, nas marés de lua cheia ou lua nova.

À medida que adentramos no rio, mais espécies são referenciadas pelos Tabajara, como Tainha, Camurim, Bagre, Caranha e Carapeba, considerados como “peixe de costa”, pois entram no estuário o ano todo. Continuando, passamos pelas camboas de Mané Francisco — nome dado em homenagem a um pescador que só pescava nesse ambiente — Angilin, Arregato, Jiqui, Siri Roxo, Ostra e da Lama.

Passamos pela Croa da Marreca — bancos de lama que aparecem na maré baixa, onde os peixes e crustáceos habitam e se alimentam —, que resulta bom lugar de pegar tainha. Conforme informação verbal dos Tabajara: “eu dei um lance de tainha aqui que quase não levantava a tarrafa, vêi 28 tainha de uma vez só... essa área todinha tem caranguejo, amoré, aratu. Amoré é peixe de lama”.

Após a Croa da Marreca, encontramos alguns currais de pesca — armadilhas feitas com varas, toras de madeira ou cipó —, bem como a utilização de covos, que são outro tipo de armadilha. Tapagem de camboa é uma das técnicas utilizadas para captura de peixes: “Ta vendo esses pau aí? Que tem na boca? O pessoal fecha ela na maré de enchente, a maré seca aí quando a maré enche os peixe fica preso, aí quando seca a gente despesca”.

Nas imediações da Volta do Forno (n.81 na imagem 3), nos foi informado que essa porção é considerada o habitat natural do Peixe Boi, bem como área que dá muito Camurupim:

ele é um peixe que nem um bacalhau, sendo que ele tem muitas espinha, ele é mago e cresce pra 400, 500 kg, as escama dele pra tirar é na foice... aqui tem uns camurupim tão velho que chega a ser escuro, você pensa que é outro peixe, ele é um peixe que aguenta poluição, não é como os outros não, ele come tudo.

Uma outra nomenclatura para referenciar o habitat natural das espécies é “peixe de fora” e “peixe de dentro”: os “peixes de fora” são aqueles que entram no estuário quando a maré está cheia para comer e desovar, a exemplo da “tai-nha do lombo esverdeado” e do bagre; os “peixes de dentro” são aqueles que têm seu habitat natural no rio Gramame e no seu conjunto de tributários — entre os quais cambôas e croas — como o carapeba e o muriongo.

O mero é um outro tipo de peixe de grande porte pescado pelos Tabajara no Gramame:

ele come gente, é muito grande, ele tem a boca grande e é gostoso, ele tem de duas cor, tem do preto e tem do amarelo. Ele é brabo, quando ele bota o fato pra fora, que ele tem uma história de botar o fato pra fora aí o caba sente a catinga de longe. Aí diz assim: olha o Mero lavou o fato, olha a catinga de alojó. Quando ele lava o fato, até os coco verde ele engole pra encher a barriga.

Ao longo do percurso, nota-se que o grupo Tabajara, constrói historicamente uma territorialidade com esse ambiente natural, reconhecido como um lugar

de produção e re-produção cultural e econômico da base familiar. Nesse sentido, devemos chamar a atenção sobre a urgência de se pensar em uma política ambiental de revitalização do rio Gramame, bem como na posse desses territórios costeiros que, como o estuário do Gramame, estão sendo utilizados pelos Tabajara secularmente de maneira tradicional e coletiva.

### 3. Considerações finais

Os olhares acerca do universo Tabajara nos deixam com mais questões do que conclusões, visto que é uma demanda levantada recentemente, pois se trata de um grupo que reivindica atualmente sua condição de grupo etnicamente diferenciado. O litoral sul paraibano é sem dúvida uma área de ocupação antiga e que sofreu ao longo do tempo diferentes formas de fração do território.

Na atualidade esse fracionamento recebe mais uma demanda, que é a étnica. Observamos os arcabouços teóricos e de campo que estão sendo realizados, que existe uma sobreposição de áreas a partir do interesse turístico, de grandes proprietários de terras, imobiliários, grupos étnicos e camponeses. O uso e ocupação da Barra do Rio Gramame é um exemplo que trazemos para afirmar que o povo Tabajara, embora silenciado pela população regional, permaneceu estabelecendo uma relação com o ambiente costeiro, caracterizando assim o que chamamos de ocupação tradicional do território.

A retomada desse território etnicamente diferenciado é fundamental para os Tabajara no sentido de reestruturação de sua organização social, cultural e com o ambiente. Até o primeiro semestre de 2014, a identificação deste território como sendo de uso tradicional Tabajara não foi efetivada. Tal morosidade é justificada pelos órgãos de tutela e que tratam da legislação ambiental com a falta de profissionais e a burocratização dos processos demarcatórios que tramitam no Brasil, o que, em nosso observatório, têm acarretado muitas vezes a sensação de omissão do Estado e o aumento dos conflitos territoriais.

Os indígenas ocupam o espaço da praia de Gramame como coadjuvantes no cenário histórico de presença étnica. A terra de trabalho e de reprodução social deste grupo étnico é transformada gradativamente em mercadoria turística, a exemplo da venda da paisagem natural como atrativo.

O modelo de turismo implementado no rio Gramame não leva em consideração as dimensões históricas, culturais e ambientais dos Tabajara, mas

apenas como espaço, como reprodução de mercadoria. A terra nesse sentido passa a ser objeto de interesse, configurando, assim, relações de poder que agem de forma desigual e assimétrica.

## Bibliografia

- CARVALHO, J. L. de. Formação Territorial da Mata Paraibana, 1750-1808. **Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.**
- CARVALHO, M. G. R. F. de. “Estado da Paraíba”, classificação geomorfológica. João Pessoa: Editora da Universidade/UFPB, 1982.
- COUTINHO, S. M. V. Impactos antrópicos nas microbacias do litoral sul do estado da Paraíba: ênfase nos aspectos sócio-ambientais e características estruturais do mangue na laguna de Camurupim. Mestrado em Ecologia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1999.
- GRÜNEWALD, R. de A. Os “Índios do Descobrimento”: tradição e turismo. **Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.**
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Editora Vértice, 1990.
- JUSTA ARAÚJO, Antônio Gonçalves da. Ofícios, cartas, relatórios e demais documentos da Comissão Demarcadora de Terras na Parahyba do Norte entre 1865-1868. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Seção Terras Públicas e Colonização. Caixa 1219, 1865-1868.
- LACOSTE, Y. A “Pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para pesquisadores, estudantes e cidadãos”. **Seleção de textos — AGB. Teoria e Método, n.11 (1977).**
- LIMA, A. B. de. Assentamento APASA — PB: a agroecologia na construção de novas territorialidades. Mestrado em Geografia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2008.
- MARQUES, A. C. N. Fronteira étnica: Tabajara e comunidades negras no processo de territorialização do Litoral Sul paraibano. Qualificação de Doutorado em Geografia. Aracajú: Universidade Federal de Sergipe, 2014.
- MARQUES, A.C.N.; ALMEIDA, M.G. de “Terra de Quilombo ou Terra de Índio? Processo de Sobreposição de Territórios Étnico-Raciais no Brasil”.

- XVII Encontro Nacional de Geógrafos — Entre escalas, poderes, ações, geografias. Belo Horizonte, 2012. Data de Acesso: 20 de junho de 2014 Disponível em <<http://www.eng2012.org.br/trabalhos-comple-tos?download=1237:artigoeng-21-05-1amanda-ufs-versao-fi-nal&start=120>>.
- MARQUES, A.C.N.; RODRIGUES, M.F.F. “O trabalho de campo como caminho metodológico: testemunhos e interpretações de uma marcha indígena potiguara”. OKARA: Geografia em debate, v.2, n.1 (2008): 38-54. Data de Acesso: 20 de junho de 2014 <<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/okara/okaraV2N1.pdf>>.
- MORIN, E. A cabeça bem feita. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. MOREIRA, E. R. F. Mesorregião e Microrregião da Paraíba: delimitação e caracterização. João Pessoa: GRAFF-SET, 1989.
- MURA, F.; PALITOT, E. M.; MARQUES, A. C.N. Relatório de Fundamentação Antropológica para Caracterizar a Ocupação Territorial Tabajara no Litoral Sul da Paraíba. Instrução Técnica Executiva nº34/DAF/2009. João Pessoa: FUNAI, 2010.
- RODRIGUES, M. de F. F. “Tem Truká na Aldeia: narrativa de um trabalho de campo na ilha de Assunção, Cabrobó-Pe”. Revista OKARA: Geografia em Debate. V.1, n.1(2007): 101 — 117.
- SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2006.
- SERPA, Â. “O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica”. Boletim Paulista de Geografia. nº 84. (2006): 7-23.
- SILVA, L. M. T.; GUIMARAES, M. M.; JACOME, E. A.; MARQUES, A. C. N. “Uso e Ocupação do Litoral Sul da Paraíba: O Caso de Jacarapé”. Cadernos do LOGEPA. Série Texto Didático, v. 1 (2003): 35-44.

## Nota curricular

Amanda Christinne Nascimento MARQUES. Professora na Universidade Federal da Paraíba, é mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba e doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Sergipe. Integrante dos Grupos de Pesquisa CNPq Gestar: Território, Trabalho e Cidadania e Geo-grafia Cultural: Territórios e Identidade.

Maria Geralda de ALMEIDA. Mestre e doutora em Geografia pela Université de Bordeaux III, com pós doutorado em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona e em Geografia Cultural pela Université Laval, Università Degli Studi Di Genova e Université de Paris IV Paris-Sorbonne, é professora na Universidade Federal de Goiás.

### Contacto

[amandamarques.geografia@gmail.com](mailto:amandamarques.geografia@gmail.com)

[mgdealmeida@gmail.com](mailto:mgdealmeida@gmail.com)

[www.agalia.net](http://www.agalia.net)

AGÁLIA. REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

ISSN: 1130-3557

DEPÓSITO LEGAL: C-250-1985 (versão papel)

EDITA: Associação Galega da Língua (AGAL)

URL: <http://www.agalia.net>

ENDEREÇO-ELETRÓNICO: [revista@agalia.net](mailto:revista@agalia.net)

ENDEREÇO POSTAL:

Rua Santa Clara nº 21  
15704 Santiago de Compostela  
(Galiza)

Periodicidade Semestral  
(números em junho e dezembro)



1 130355 700009